

Até onde vão os desatinos?

Gilson Feitosa

Editor da Revista Norte e Nordeste de Cardiologia.

Vivenciamos, entre surpresos e orgulhosos, um súbito clamor que tomou conta das ruas em todo o Brasil, clamando por correção.

Surpresos, pela aparente subitaneidade e rapidez do crescimento de adesão, que resultou numa mobilização voluntária de milhares e milhares de pessoas espalhadas por toda a extensão deste continental Brasil. Eram manifestações ordeiras, porem, veementes e que em sua essência apontavam para incorreções de conduta dos mandatários e gestores da coisa pública, cujas ações eram expostas como não raramente se associando a interesses escusos envolvendo esses setores, por meio de ações político-partidárias, mancomunadas com atitudes ilícitas e contanado tambem com atividades irregulares do setor privado.

Orgulhosos, por vermos uma iniciativa espontanea e corajosa de jovens, que fogem assim da acomodação apática do “silêncio da maioria”.

Ao afirmar que as manifestações foram ordeiras estou plenamente convencido disso.

Registros de arruaceiros no movimento por certo não pertenciam à sua essência, senão como exceção marginal ou provocados por interesses subalternos. Exemplo disso foi a reiterada insistência em não conspurcar o pleito, ou iniciativa das reivindicações, com o que estava oficialmente representado e idenficado como gerador principal do dissídio: o governo, os poderes e os partidos.

Ainda assim a força foi colossal motivando uma pronta chamada à responsabilidade dos setores envolvidos.

Que os partidos, desconstituídos que são de uma proposição clara de metas e linha mestra de conduta que os identifiquem, não tivessem qualquer resposta a dar ao movimento, não surpreendeu.

Que o poder legislativo com seu perfil exageradamente desqualificado a representar a nossa sociedade, ficasse atônito, tampouco.

O governo, porem, teria obrigatoriamente que se manifestar e assim o fez.

Apressadamente, atabalhoadamente, desastradamente!

A Sra. Presidente dirigiu-se em cadeia nacional a todos os brasileiros, afirmando que em reconhecimento ao movimento, que (em discurso) achava legítimo, acabara de se reunir com seu alto escalão e por conta disso, (e somente agora) trazia

ao conhecimento propostas de pactos que traziam o intuito de resolver os problemas em questão.

Foram 5: 1) Pacto pela responsabilidade fiscal; 2) Pacto prla reforma política com desencadeamento de um plebiscito; 3) Pacto pela saúde; 4) Pacto pela melhoria de qualidade do transporte público e 5) Pacto pela Educação.

Sobre 4 dos pactos propostos não tecerei comentários. Outros o farão com mais propriedade.

Quanto ao Pacto pela Saúde quero me manifestar destacando um aspecto do que foi dito, e que me deixou estarecido, pelo que em minha mente representa como base das decisões a que estamos submetidos.

Não me referirei à loucura da extensão curricular aos 8 anos e suas consequências, nem tambem à obrigatoriedade do serviço como forma de treinamento em rincões distantes, ou próximos até que sejam, sem uma supervisão adequada, já que faltam médicos com condições de trabalho nesses locais. Nao perderei tempo em lembrar que não faltam médicos e sim adequada destinação de recursos que viablizem a ação médica.

Gostaria de me fixar no aspecto mencionado de que o Brasil tem poucos médicos estrangeiros, diferentemente, por exempl, o dos Estados Unidos entre outros, e que isso, por si só, justificaria uma importação de 6000 médicos para resolver o problema, até sem a revalidação do título alcançado pelos mesmos em centros fora do país.

Faltou entender que a chegada e fixação de médicos aos EUA atende um planejamento bem executado há várias décadas, como fruto de uma concepção chamada por alguns de “brain drainage”, que importou, após processo muito exigente de seleção (ECFMG entre outros), médicos que têm que cumprir programa de residência médica nos EUA, por alguns anos, antes que se habilitem a exercer a profissão aí. O mesmo se passa em outros países desenvolvidos.

A razão porque saliento esse único aspecto da questão é pela preocupação assombrosa que me acudiu de que ações tão fundamentais e potencialmente desastrosas, possam ser tomadas sem o mínimo conhecimento aprofundado do tema.

Receio que o mesmo se passe em relação às outras ações.

Se decisões estão sendo tomadas com tamanho grau de desinformação há fortes razões para que nos sintamos

ameaçados em várias frentes. Torcemos para que haja manifestação à altura por quem detem o conhecimento sobre as áreas em questão, corrigindo rumos.

Da nossa parte cabe-nos a tarefa de tentar impedir que destruam a Medicina em nosso meio, colocando-a no mais baixo nível de desempenho, com as terríveis consequências resultantes.

Juntemo-nos ao coro que tenta impedir a continuada proliferação irresponsável de escolas médicas sem condições de funcionamento mínimo e que a Sra. Presidente acaba de anunciar como uma de suas medidas próximas.

* Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
Hospital Santa Izabel da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.